

O Estado do São Francisco: Uma Questão Político-Econômica ou de Identidade e Cidadania?

Sérgio Silva Borges

Universidade Federal da Bahia,
Estudante de Graduação em Geografia,
Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB
sergioborges25@live.com

Henrique Barros Neves de Araújo

Universidade Federal da Bahia,
Estudante de Graduação em Geografia,
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq
riickbarros@hotmail.com

Resumo

Diante das dinâmicas de reestruturação produtiva, fundamentadas no capitalismo, observa-se o (re) surgimento de iniciativas e manifestações regionalistas de movimentos separatistas que têm emergido em todo o Território brasileiro. Com a autorização obtida no Estado do Pára para a realização do plebiscito, no qual a população irá decidir sobre a criação de dois novos Estados: o do Carajás e o do Tapajós reabriram-se as discussões sobre a criação de novas unidades federativas, com o surgimento de novas perspectivas e possibilidades para criação de novos Estados. Dessa forma intenta-se aqui analisar o movimento separatista que vem ocorrendo no Oeste do Estado da Bahia, onde políticos e habitantes tencionam criar uma nova unidade federativa, o Estado do São Francisco. Pretende-se assim fazer uma análise de como vêm se comportando os diferentes discursos em torno dessa nova (re) organização do território baiano, trazendo o que está por trás dos discursos político-econômicos e de pertencimento e/ou de identidade cultural, além de uma abordagem cidadã como um pressuposto argumento teórico para criação dessa nova unidade político-administrativa.

Palavras chave: Cidadania, Estado do São Francisco, Identidade, Político-econômica, Separatismo.

Introdução

Diante das dinâmicas globais fundamentadas na reestruturação produtiva, vemos o (re) surgimento de iniciativas e manifestações regionalistas de movimentos separatistas, comandados pela interação de ações sociais/popular, político-institucional e econômica. Nessa perspectiva, assistimos a uma (re) organização espacial – internacional, nacional e territorial, assim como e, sobretudo, regional-local.

Os processos globalizadores são características emblemáticas do mundo contemporâneo, marcados pelas tendências opostas, mas complementares de

globalização/fragmentação e “homogeneização” /heterogeneização. Contudo, em função da relativa homogeneização assiste-se a uma “desregionalização” mundial, com a multiplicação de movimentos regionais-localistas, no dizer de Haesbaert “permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas singularidades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta” (HAESBAERT, 2010, p. 15).

As transformações em curso no Brasil e no mundo, regidas pela reestruturação do capitalismo em sua fase contemporânea, vêm interagindo com distintos agentes sociais nos processos de organização e reorganização do espaço nacional, engendrando dinâmicas recentes de reestruturação do espaço regional e local.

Nesse contexto, ao analisarmos a trajetória histórica de formação do território brasileiro e seus Estados-membros, observamos que foram marcados por uma série de movimentos separatistas, que vão de manifestações inicialmente locais e, posteriormente, em sentimentos separatistas republicanos e regionais.

Dessa forma intenta-se aqui analisar o movimento separatista que vem ocorrendo no Oeste do Estado da Bahia, onde políticos e habitantes intencionam criar uma nova unidade federativa, o Estado do São Francisco.

Pretendemos aqui fazer uma análise de como vêm se comportando os diferentes discursos em torno dessa nova (re) organização do território baiano, trazendo o que está por trás dos discursos político-econômicos e de pertencimento e/ou de identidade cultural, além de uma abordagem cidadã como um pressuposto argumento teórico para criação dessa nova unidade político-administrativa.

O Atual Processo de Fragmentação do Território Brasileiro

A dialética estabelecida entre os diferentes agentes: a população local, o empresariado e políticos, com seus respectivos interesses e motivações: econômicas, políticas, administrativas e sociais vêm associando-se no sentido de promover uma nova (re) organização do espaço brasileiro, ou em resposta as motivações e imposições externas.

Recentemente, as iniciativas de uma série de novos e antigos separatismos têm ganhado destaque e suscitado debates na arena política nacional. O Congresso Nacional

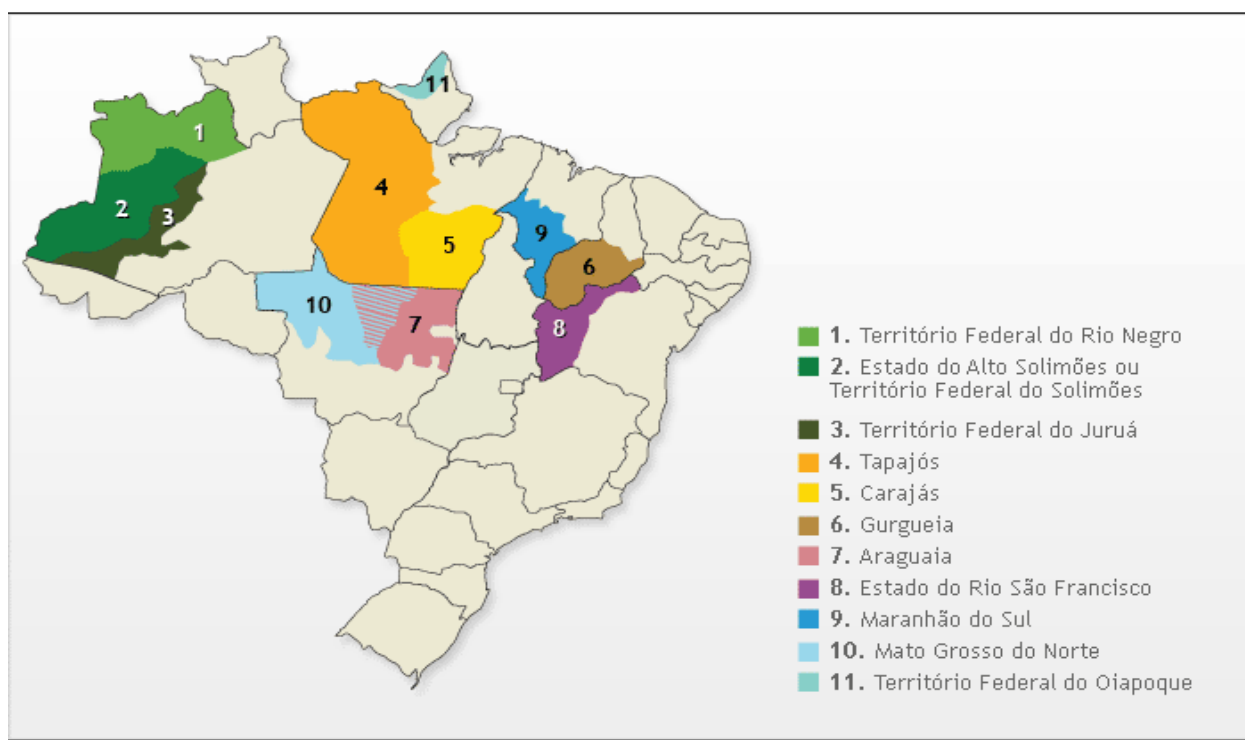
Brasileiro, a partir da constituição de 1988, vem recebendo diversos pedidos tentando a criação de novas unidades da federação.

Atualmente alguns projetos separatistas que estão em voga no Brasil, emergiram ou voltaram à tona a partir da articulação de ações de distintos agentes e motivações, ou até mesmo da manifestação de atos isolados.

No Pará, a Câmara dos Deputados aprovou a realização de um plebiscito para que a população descida sobre a criação de dois novos Estados: o do Carajás e o do Tapajós. A autorização obtida para o plebiscito de Carajás e Tapajós, reabriu as discussões sobre a criação de novas unidades federativas, com o surgimento de novas perspectivas e possibilidades para criação de novos Estados.

O Congresso nacional tem propostas para criar 11 novas unidades da federação, entre Estados e Territórios. Se as propostas que circulam no congresso nacional forem aprovadas o Brasil passará de 26 para 33 Estados e criará quatro novos Territórios. Na (figura 01) observa-se como ficaria o mapa político-administrativo do Brasil, com a criação de novas unidades federativas.

(Figura 01) Projetos em Tramitação no Congresso Nacional de Redivisão Territorial do Brasil



Fonte: www.camara.gov.br

A Fragmentação do Estado Baiano - o possível Estado do São Francisco

Esse discurso separatista e a tentativa de fragmentação não são novidades no Estado, sendo datada de 1850 a primeira tentativa de emancipação da então Comarca do São Francisco. Não é só no Oeste Baiano que se observa essa tentativa de emancipação, mas também no Sul do Estado. A última vez em que ocorreu o debate/movimentação no Sul do Estado foi na Assembléia Nacional Constituinte, quando elaborada a Constituição Federal de 1988.

Em 1987/88, na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), conforme se verifica nos anteprojetos da Comissão da Organização do Estado, foram propostas e discutidas, na Subcomissão dos Estados, a criação dos Estados de Juruá (AM), Tapajós (PA), Santa Cruz (BA), Maranhão do Sul (MA), Triângulo (MG), Tocantins (GO), e a elevação dos territórios do Amapá e de Roraima à condição de Estado (MARTINS, 2001, p. 271).

O Estado de Santa Cruz teria uma área que abrangeria as regiões do Baixo Sul, Centro Sul, Sudoeste, Extremo Sul e parte do Oeste da Bahia. O projeto “não alcançou o êxito esperado, principalmente porque não contou com o apoio dos deputados estaduais e federais baianos, principalmente dos representantes das regiões a serem desmembradas” (NEVES, 2006 *apud* DUARTE, 2011), e pela massificação de propagandas na mídia tendo artistas e escritores baianos, renomados, como garotos propaganda, a exemplo de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Betânia, Jorge Amado, dentre outros.

Logo após a constituinte, outras regiões reivindicaram sua emancipação como afirma Martins (2001, p. 278) “Após o processo Constituinte de 87/88, emergiram, com repercussões dentro do Congresso Nacional, outras regiões reivindicando o status de Estado: Iguaçu (PR/SC), Carajás (PA), Gurguéia (PI), São Francisco (BA) e Planalto Central (GO, DF, MG)”.

Dentre as regiões que reivindicaram o status de Estado na pós-constituinte está a região Oeste da Bahia, que na época tentou sem sucesso formar o Estado do São Francisco. Novamente o discurso separatista tem ganhado força na região e se majorando depois da aprovação do plebiscito no Pára. Já começou uma grande movimentação para a criação do Estado do São Francisco, liderada pelo deputado federal baiano, Oziel Oliveira, que é ex-prefeito do município de Luís Eduardo Magalhães (LEM),

que junto com o município de Barreiras, são os dois municípios que apresentam maior força político-econômica na região.

A criação do Estado do São Francisco, através de um possível desmembramento do Estado da Bahia, constitui-se numa das mais “novas” propostas apresentadas ao Congresso Nacional e já tramita na câmara dos deputados a liberação de um plebiscito, para que a população decida sobre a criação do novo Estado. A proposta do novo Estado dar-se-ia com a união de três Territórios de Identidade¹, abarcando 31 municípios².

Se desmembrado da Bahia o Estado do São Francisco viria a ter 173 mil quilômetros quadrados de área, um PIB de R\$ 10 bilhões de reais e 1,2 milhões de habitantes, além de ser um dos maiores produtores de grãos do país, principalmente de Soja, tendo Barreiras com 292.613 toneladas, Luís Eduardo Magalhães (LEM) com 324.870 toneladas e São Desidério com 586.500 toneladas (SEI, 2009) como seus principais produtores. A margem esquerda do rio São Francisco seria a linha de divisa entre a Bahia e o novo Estado do São Francisco, como mostra a (figura 02).

(Figura 02)



Fonte: www.salvadoridiario.com

¹ Velhos Chico, Oeste Baiano e Bacia do Rio Corrente.

² Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morporá, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato; Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley; Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.

Os argumentos para a criação dessa nova unidade político-administrativa são: político-econômicos e os de pertencimento e/ou de identidade cultural que segundo Oziel Oliveira em entrevista ao jornal A Tarde (2011) “a região desenvolveu por razões econômicas e geográficas, uma relação muito maior com os Estados fronteiriços de Brasília, Goiás e São Paulo do que com Salvador”.

Oeste Baiano, do Além São Francisco ao Meio Técnico-Científico-Informacional

O Oeste da Bahia teve uma formação lenta e gradual, que passou por diversas transformações no campo econômico e político-administrativo, gerando até os dias atuais conflitos entre o Estado da Bahia e de Pernambuco, assim como os movimentos separatistas que sempre que oportuno voltam à tona, com a tentativa de criação do Estado do São Francisco.

De 1501 a 1827 a região era quase inabitada, com poucos espaços ocupados como afirma Brandão, ao colocar que:

[...] identifica a região em exame como um território indiferenciado dos sertões e cuja dinâmica era marcadamente influenciada pela natureza no desenrolar da vida nos poucos espaços ocupados que ali existiam [...] Com o transcorrer do tempo, outra dinâmica territorial passou a vigorar na região que ficou conhecida como “Além do São Francisco” graças à incorporação lenta, gradual, porém seletiva, técnicas, produzindo assim transformações que exigem um olhar diferenciado sobre o espaço em exame. (BRANDÃO, 2010, p. 36).

No ano de 1824, em represália a tentativa de emancipação da província de Pernambuco da Monarquia brasileira, a região então denominada de Comarca do São Francisco deixa de fazer parte do território provincial pernambucano.

Em 1824, por decisão do recém instalado governo imperial brasileiro, a então Comarca de São Francisco passou a figurar como parte do território provincial mineiro, tendo sido desmembrado de Pernambuco como uma resposta do império ao posicionamento de setores da sociedade civil e eclesiástica daquela província contrários a monarquia, o que culminou na formação da Confederação do equador. Três anos depois, em 1827, a decisão foi revista e a Comarca do São Francisco passou a pertencer à província da Bahia (ALMEIDA, 2005 Apud BRANDÃO, 2009, p. 52).

Segundo Brandão (2010, p.38) a anexação da Comarca do São Francisco a província da Bahia (1827) trouxe estabilidade político administrativa para o atual Oeste do Estado da Bahia, além de dar contornos definitivos ao território baiano. Com a necessidade de aumentar a produção agrícola brasileira, tanto por pressões internas e principalmente externas, o cerrado brasileiro passa a receber vultuosos investimentos e uma grande quantidade de imigrantes, principalmente do sul do país, o que contraria a lógica de migração da época, que se dava no sentido nordeste – sul. Segundo Santos Filho (1989), os principais fatores que levaram a essa migração foram:

[...] encarecimento e redução da disponibilidade de terra no sul do país; as inovações biotecnológicas que adaptaram à soja as condições edafoclimáticas dos cerrados; subsídio do governo federal, através de programas de financiamento; apoio técnico oferecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) que buscavam tecnologia adequada para compensar as limitações naturais do solo dos cerrados” (SANTOS FILHO *apud* FONSECA e VIEIRA, 2008, P. 354).

O cerrado brasileiro passou a ser “a menina dos olhos de ouro” dos grandes produtores e das agroindústrias, dessa forma o Oeste baiano passa a ter uma nova dinâmica, a da agricultura mecanizada que teve o seu fortalecimento/desenvolvimento pela ocorrência de duas ações fundamentais:

O lançamento, pela secretaria de Planejamento, Ciência e tecnologia do Governo do Estado, em parceria com uma entidade Japonesa, do PRODECER II (segunda etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que foi o documento-base para a iniciativa de produzir soja voltada para a exportação (BAHIA, 1985 *apud* BRANDÃO 2010, p.36). Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde foram plantadas as primeiras mudas do grão (BAHIA, 2002 *apud* BRANDÃO, 2010, p. 36).

A partir do lançamento dessas duas ações, que foram de fundamental importância para a iniciação do Oeste baiano no que Santos (2002, p. 159) chama de Meio Técnico-Científico-Informacional, houve um grande avanço na mecanização da agricultura, passando assim a utilizar um alto grau de técnica nas produções, principalmente no cultivo da soja, do milho e do algodão. Dessa forma a região passa a ter novas dinâmicas, regidas pelas necessidades e vontades do mercado internacional, estruturando assim espaços com dinâmica local-global, a exemplo dos municípios de Luís Eduardo

Magalhães (LEM) e Barreiras, que vêm se desenvolvendo economicamente em um curto espaço de tempo.

Essa ascensão econômica e alguns acontecimentos políticos em escala nacional fizeram com que movimentos pró-criação do Estado do São Francisco “ressurgissem”. Ressurgissem porque esse anseio é bastante antigo, tendo o seu primeiro pedido oficial datado em 19 de julho de 1850, quando o então deputado João Maurício Wanderley, o Barão de São Francisco (Barão de Cotegipe) fez a proposta de criação da Província do Rio São Francisco. Mais tarde em 1988 com a nova constituição brasileira, os discursos/movimentos separatistas retornam e ganham força mais uma vez, surgindo assim novamente propostas de (re) organização espacial do território brasileiro.

Na Bahia mais uma vez os projetos de constituição de novas unidades político-administrativas não vão à frente (criação do Estado do São Francisco e do Estado de Santa Cruz), principalmente, por pressão da mídia e falta de apoio de deputados estaduais e federais baianos representantes das regiões em questão. É importante lembrar que nesse momento a Bahia era governada por Waldir Pires (PT), mas mesmo assim se encontrava debaixo do “guarda chuvas” de Antonio Carlos Magalhães e a mercê de seu coronelismo em todo o Estado.

Com a autorização obtida para o plebiscito de Carajás e Tapajós os quais formariam duas novas unidades político-administrativas, sendo desmembradas do território do Estado do Pará, abrem-se novas perspectivas para criação de novos Estados. Na Bahia volta à tona o discurso separatista e mais uma vez políticos da região Oeste da Bahia abraçam a idéia, dessa vez liderada pelo deputado federal e ex-prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Oziel Oliveira, que já começou o movimento pró-criação do Estado do São Francisco.

A Questão Político – Econômica

O processo de modernização no cerrado brasileiro modificou as lógicas de produção no oeste baiano, “algumas áreas do campo da região nordeste têm sido cada vez mais atingidas por um processo de modernização, fruto da penetração de relações de produção tipicamente capitalista” (FERNANDES; SANTOS FILHO e ALMEIDA, 1988, p. 63).

Com o desenvolvimento da agricultura moderna aliada as facilidades e incentivos fiscais dados pelos municípios e pelo Estado, a região passa a ser uma das grandes produtoras de grãos do Estado e do Brasil e “possui 1 milhão de hectares de soja, 350 mil de algodão, 200 mil de milho e dois pólos de fruticultura, além de ser cortada por 1 mil km de Rio São Francisco que favorece projetos de agricultura irrigada” (DUARTE e GOMES, 2011).

A grande produção agrícola tem atraído diversas indústrias do ramo alimentício para a região, o que tem gerado um “boom” industrial em alguns municípios, em especial no de Luís Eduardo Magalhães.

O crescimento industrial foi o mais expressivo, pois no ano 2000 o município possuía três indústrias de transformação e em apenas cinco anos, passou a ter 93, sendo que 53 destas estavam instaladas no Centro Industrial do Cerrado (CIC). Algumas delas são grandes indústrias ligadas ao agronegócio, dentre as quais se destacam a Bunge Alimentos S/A (esmagamento de soja), Bunge Fertilizantes S/A (fabrica de fertilizantes), Cargil Agrícola S/A (esmagamento de soja), Mauriceia Alimentos S/A (frigorífico de aves), etc. (FONSECA, 2010, p. 140).

Essa grande produção ligada ao desenvolvimento urbano e financeiro da região tem feito com que surjam diversos comércios na região, principalmente os ligados a agricultura e ao setor automobilístico, e isso vem gerando um crescimento econômico em curto prazo, em alguns locais da região Oeste da Bahia. O município de Luís Eduardo Magalhães, o que mais cresce na região, tem utilizado do seu crescimento econômico como um dos slogans para o marketing territorial do município, objetivando atrair novos investidores.

O segundo slogan, “Luis Eduardo a cidade que mais cresce no Brasil”, deve-se ao resultado da pesquisa realizada pelo IBGE (2004), sobre o produto interno bruto dos municípios que indicou LEM como o município brasileiro que mais cresceu entre aqueles surgidos após 2001, onde seu PIB passou de R\$ 502 milhões em 2001, para R\$ 1,1 bilhão em 2004. Isso representou 0,06% da riqueza nacional e 1,27% da riqueza do Estado da Bahia em 2004. Portanto, LEM passou a ter o sexto maior PIB da Bahia, ultrapassando, inclusive, o próprio município de Barreiras, do qual foi emancipado, que concentrava um PIB próximo de R\$ 925 milhões. Como também ultrapassou importantes municípios baianos como Itabuna com PIB de R\$ 1.078 bilhão; Vitoria da Conquista, com PIB de R\$ 1.036 bilhão; Paulo Afonso com PIB de R\$ 1.002 bilhão, aproximadamente (IBGE, 2004 *apud* FONSECA, 2008, p. 358).

Esse crescimento econômico exacerbado não é homogêneo, “Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério concentram 77,3% do total de riquezas de toda a região” (DUARTE e GOMES, 2011), o que fica comprovado quando se analisa o PIB per capita dos municípios que fazem parte do possível novo Estado. Segundo Duarte e Gomes (2011), “destacam-se no alto São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, com R\$ 38 mil, R\$ 31,4 mil e R\$ 21 mil, respectivamente. Realidade bem diferente dos R\$ 2,9 mil, R\$ 2,8 mil, R\$ 2,8 mil e R\$ 2,4 mil, nas cidades de Santa Rita de Cássia, Cristópolis, Buritirama e Mansidão”.

Esse desenvolvimento financeiro da região e principalmente dos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras tem dado força aos políticos da região, que vêm junto aos grandes empresários e grandes produtores excitando o discurso separatista, pró-criação do Estado do São Francisco, visando facilidades e benefícios futuros que poderão ser gerados. Dessa forma, esses grupos políticos emergentes vêm reivindicando o controle do território.

A possível emancipação do Estado do São Francisco viria a gerar diversos cargos políticos, como Senadores, Governador, Deputados Federais e Estaduais, além destes, seriam criados também diversos cargos administrativos. A criação desses cargos vem fazendo com que políticos da região Oeste da Bahia, sem expressão em todo o território baiano e que anseiam galgar cargos políticos mais altos, reforcem esse espírito separatista.

Nesse sentido, a mobilização e o engajamento dos atores hegemônicos giram em torno de uma fundamentação eminentemente político-econômica, em que a fragmentação territorial traria consigo a promoção dos políticos locais, ao criar uma nova área de influência e poder, e assim, estes passariam a reger e normatizar novas regras de uso do território, de acordo com interesses particulares e, do empresariado, objetivando potencializar e viabilizar a ação destes.

O discurso também ganha força quando se analisa os interesses das grandes agroindústrias localizadas na região, que teriam a oportunidade de aumentar as suas forças políticas ao ocuparem cargos no novo Estado e na bancada ruralista no governo federal. Dessa forma, os políticos da região já se movimentam para conseguir a emancipação, consoante Duarte e Gomes (2011) “cerca de 40 pessoas iniciaram, em Barreiras, trabalhos para a elaboração de um dossiê com informações sobre a região”.

Essa articulação entre os agentes empresariais e políticos locais, mobilizando-se com o objetivo de criação do Estado do São Francisco, apresentam motivações convergentes, em que o novo Estado conseguiria arrecadar, através de suas atividades econômicas locais, o suficiente para sua auto-gestão econômica, tendo aí o seu princípio economicista como base e o desenvolvimento como argumento da auto-gestão, como afirma o Deputado Federal Oziel Oliveira quando diz “que o desenvolvimento a ser proporcionado vai compensar o custo administrativo” (DUARTE e GOMES 2011).

Porém não será tão fácil conseguir essa emancipação, pois mesmo antes de se dar entrada na proposta junto à assembleia legislativa alguns deputados já opinam contra a criação do novo Estado.

Sou contra qualquer divisão do Estado da Bahia. Avisa Geraldo Simões (PT), [...] o caminho correto é o governo do Estado levar o desenvolvimento para o interior, com portos, ferrovias e universidades, como alias esta fazendo. [...] A princípio, eu sou contra [...]. Concorde Felix Junior (PDT). A região pode acabar ficando mais pobre, e ainda gerar custo administrativo. [...] A primeira vista eu sou contra, Ecoa Sergi Brito (PSC) (DUARTE e GOMES, 2011).

Com isso o fator político-econômico deve pesar de forma significativa na criação de uma nova unidade político-administrativa, pois a região que possui locais globais tem grande influencia de poderes e fatores externos que ao se aliarem as propostas políticas internas ganham força nessa disputa.

Identidade Cultural e Pertencimento, elementos para uma Cidadania

As idéias separatistas do Oeste Baiano são bem antigas, promovidas por uma série de razões de ordem histórica e geográfica, em que os nativos da região têm como base para seus argumentos separatista fatores como: a grande distância física da capital Baiana – Salvador, o isolamento e a discriminação pelo poder público, assim como a vasta extensão do território. Somam-se a estes argumentos o de natureza cultural:

[...] é aquele que recorre a uma identidade própria à região para justificar a separação da Bahia. Seu peso nas discussões pró-separatismo é muito forte, fazendo crer muitas vezes que uma identidade são - franciscana está de fato impregnada no cotidiano dos habitantes do Oeste Baiano (HAESBAERT, 1996, p. 401).

A primeira proposta de criação do Estado do São Francisco foi colocada em 1850, como proposição do Deputado João Maurício Wanderley, o Barão de São Francisco, que já sonhava com a criação do novo território, abrangendo inclusive áreas do norte de Minas Gerais, entre elas os municípios de São Romão e Paracatu (SAMPAIO, 2010).

Portanto, esse sonho não é coisa dos “gaúchos”, como políticos baianos apregoam. Foi primeiro o sonho de um barrense, patriota, que queria ver desenvolvido o seu torrão natal, secularmente abandonado pela província mãe. O Barão de Cotegipe foi um político à frente do seu tempo, um visionário, um intemorato, abolicionista de primeira hora, homem que soube contrariar seus contemporâneos da planície (SAMPAIO, 2010).

Torna-se evidente que os nativos da região muito antes da chegada dos “gaúchos” ao Oeste Baiano manifestavam o interesse próprio de criação de uma nova unidade político-administrativa condizente com a sua identidade local.

A partir da década de 1980, com a chegada do complexo agroindustrial de grãos, especialmente a soja, promoveu-se uma modernização agrícola no Oeste Baiano, o que o fez passar por mutações geográficas, emergindo como um novo espaço econômico mundial.

Estimulados por essas transformações, em que municípios como Luís Eduardo Magalhães e Barreiras passaram a ser o lócus de (re) produção do capital, empresários e políticos locais se engajaram, num processo “de controle e um redesenhar de territórios que não apenas corroboram essa nova dinâmica econômica, mas também envolvem a (re) invenção de identidades na tentativa de legitimar novas unidades político-administrativas” (HAESBAERT, 1996, p. 367).

Com a chegada dos migrantes no Oeste Baiano tem início um confronto entre os “gaúchos” sulistas e os “nativos” nordestinos, pois com essa mobilidade populacional ocorre um processo do que Haesbaert (1996, p. 381) vai chamar de (des) (re) territorialização. A inversão do fluxo migratório que teve início na década de 1980, com os migrantes do Rio Grande do Sul, e posteriormente generalizado pelos sulistas, dando origem a um processo de territorialização de uma identidade são - franciscana, em que estes enquanto atores hegemônicos tentam reconstruir essa identidade territorial.

As ações empreendidas pelos sulistas no sentido de legitimar a criação do Estado do São Francisco através da tentativa de construção, invenção ou do fortalecimento de novas identidades sócio-territoriais, visando à criação de novos territórios (o Estado do

São Francisco), a partir da reinvenção de uma identidade são – franciscana que é ambígua e diverge em muito das motivações e interesses da população local, uma vez que, estes vêm se apropriando e utilizando da identidade sócio-cultural e do sentimento de pertencimento dos nativos, incorporando ao seu discurso desterritorializador, que tem como objetivo maior a legitimação de uma fragmentação territorial servindo aos interesses privados internos e externos.

Nesse sentido, muitos discursos têm rondado a questão da criação do Estado do São Francisco, dentre eles o de pertencimento, de identidade da população da região com o Estado da Bahia e a capital Salvador. Assim, muitos alegam não ter nenhum vínculo identitário com o Estado, estando sua identidade muito mais próxima dos Estados de Goiás, Minas Gerais ou Pernambuco. Mas como falar de identidade no atual Oeste baiano, após a migração de sulistas, principalmente “Gaúchos”, que se instalaram na região Oeste da Bahia atraídos pela oportunidade de se tornarem grandes produtores, pelos incentivos fiscais dados, pelo baixo preço das terras e pelas facilidades naturais encontradas na região para uma intensa mecanização. “Esse processo é, também, o que comanda as migrações, que são por si só, processos de desterritorialização e, paralelamente, processo de desculturização” (Santos, 2007, P. 82). Então qual a real identidade da região oeste da Bahia? Existe uma homogeneidade cultural nessa região?

A ausência do governo, a dificuldade de acesso a serviços básicos e a falta de políticas públicas na região, são as principais críticas da população, que vem ao longo da história, muitas vezes, caindo em esquecimento.

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. As vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, as vezes não podem ser alcançados por questões de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2007, p. 139).

Com isso, a região que gera recursos vultuosos para o Estado através das agroindústrias, não recebe um retorno, uma contra partida do que foi arrecadado na região, gerando assim disparidades no que tange a acessibilidade. A igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe (Santos, 2007, p. 144). Essa acessibilidade não é percebida na região Oeste da Bahia, seja pela

falta de políticas públicas na região ou por falta de acesso a aparelhos públicos o que Santos (2007, p. 142) vem a chamar de fixos.

Essa ausência do Estado fica evidenciada quando analisada a quantidade de hospitais estaduais conveniados com SUS, segundo a dependência administrativa, dos três principais municípios concentradores de renda na região, que são Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Ao analisar os dados teremos uma unidade estadual no município de Barreiras, zero unidade estadual no município de Luís Eduardo Magalhães e zero unidade no município de São Desidério (SEI, 2009).

Realçando essa urgente necessidade de políticas que levem condições básicas de vida e dignidade a população não-cidadã, temos segundo Duarte e Gomes, (2011) que:

Sistema de esgoto, de acordo com dados da SEPLAN, só Barreiras tem [...] Por outro lado, há localidades sem água ou sem energia elétrica e áreas inteiras sem acesso asfáltico, como os 30 km entre Barreiras e Catolândia; Mansidão a Santa Rita, Pilão Arcado, Sítio do Mato, Feira da Mata, de Cocos a Coribe (DUARTE e GOMES, 2011).

A ausência do Estado é marcante na região, que tem um histórico de esquecimento do poder público de longas datas, afinal de contas a mesma região já foi chamada de “Além São Francisco” pela distância que tinha dos grandes centros, dessa forma Santos (2007, p. 146) traz que “da mesma forma que não se justifica que um enfermo deixe de ser tratado por não dispor de recursos financeiros, também é inadmissível que seja abandonado a sua sorte por motivos de distância.

Dessa maneira, o discurso o qual os políticos e empresários da região vêm adotando para essa fragmentação são prioritariamente político-econômicos, visando os benefícios gerados aos próprios, e os discursos de identidade que vêm sendo incorporados pelos agentes hegemônicos da região, deixando de lado os anseios de toda uma população que carece de acessibilidade e que realmente tem argumentos e motivações concisas para uma fragmentação, sejam elas de pertencimento ou de ordem administrativas.

Entretanto, as motivações de ordem administrativas;

[...] correspondem àquelas que, para a população local, podem levar a resolução dos problemas sociais relacionadas ao atendimento dos serviços básicos. [...] á localização, à concentração de recursos e à acessibilidade, tais como a distância [...] e conseqüentemente, a dificuldade de acesso a

bens e serviços”, são deixados em segundo plano, tanto pelos políticos, como pelos empresários (FONSECA, 2010, p. 133).

Nesse sentido, as motivações e interesses dos agentes sociais envolvidos no movimento pró-criação do Estado do São Francisco são dos mais diversos e contraditórios, pois os políticos e o empresariado local tentam a todo instante legitimar seus discursos, partindo de uma questão político-econômica, em que, os Sulistas recorrem ao elemento cultural - identitário da população local “nativa”, apropriando-se dos argumentos destes em favorecimento próprio. Assim, os “são - franciscanos” baianos que apóiam o movimento separatista reivindicam maior acesso a bens e serviços, reclamam o **direito à cidadania**, no entanto, está não se constitui como o elemento central no discurso dos políticos e empresários, o que nos faz refletir sobre as possibilidades e limites ao exercício da cidadania, já que os agentes apresentam ideais e interesses divergentes em vários sentidos.

Considerações Finais

Do exposto até aqui, vimos que as mutações geográficas recentes no Oeste Baiano (LEM e Barreiras), principalmente, advindas com a reestruturação produtiva, com a “territorialização” do agronegócio globalizado, conjugado com a migração sulista iniciada nos anos 1980, vêm conferindo “novas” dinâmicas sócio espaciais na região.

Esse processo vem provocando uma reorganização sócio-territorial com o (re) surgimento de territorialidades, representados pelos movimentos pró-criação do Estado do São Francisco.

Os diversos agentes sociais (a população nativa, os políticos e os empresários locais) envolvidos no movimento separatista da região Oeste do Estado da Bahia são estimulados por motivações e interesses ora convergentes, ora divergentes, permeados de ambigüidades e conflitos.

A população em suas motivações administrativas reivindica maior acesso a bens e serviços, como possibilidade “do indivíduo” torna-se cidadão; os políticos locais utilizando do impulso político-econômico tentam formar uma nova área de influência e poder; e os

empresários têm em seus anseios e desejos, o objetivo de (re) produção do seu capital – motivação político-econômica.

Dessa maneira, nota-se que as questões de ordem político-econômicas e de identidade e pertencimento revelam-se em campos opostos. Isso fica claro quando os agentes hegemônicos utilizam das motivações administrativas como pano de fundo para os seus interesses e, para mobilizar a população.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Paulo R. B. **A formação territorial do oeste baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)**. GeoTextos, vol.6, n.1, p.45-56, jul.2010.

_____. **Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827)**. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia-Goiás. V.29, n.1, p. 45-56, Jan/jun, 2009.

DUARTE, L; GOMES, D. **Deputado cria projeto para dividir a Bahia**. A Tarde, 18 de maio de 2011.

DUARTE, L. **Proposta semelhante foi derrotada na década de 80**. A Tarde, 18 de maio de 2011.

FERNANDES, A., SANTOS FILHO, M., ALMEIDA, P. H de. **A modernização do campo nos cerrados baiano**. Espaço e Debates, n.25, p. 63-76, 1988.

FONSECA, A. ANGELO M. da; Vieira, Vanessa da Silva. **Os impactos das inovações institucionais no processo de promoção econômica: o marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. Geografia, Rio Claro, n.33, n. 2, mai/ago., p. 351-364, 2008.

_____. **Gênese e Dinâmica do município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. In: FONSECA, A. ANGELO M. da; BRITO, Cristovão; LÉDA, R. L. Miranda. Dinâmica da Reestruturação do Espaço Local e Regional no Estado da Bahia. Salvador. JM, Gráfica e Editora Ltda, 2010, 1ª edição.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais**. In: CASTRO,

Iná Elias;GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Regional-Global: dilemas de região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MARTINS, H. T. **A fragmentação do território brasileiro: A criação de novos Estados no Brasil.** CADERNO CRH, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.

SAMPAIO, C. A. R. **O sonho do novo estado do São Francisco completa 160 anos.** Jornal O Expresso. 16 de julho de 2010. Disponível em: <http://jornaloexpresso.wordpress.com/2010/07/16/o-sonho-do-novo-estado-do-sao-francisco-completa-160-anos/>. Acesso em: 6 de junho de 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** 4. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2006. 384 p.

_____. **O espaço do cidadão.** 7. ed. [São Paulo]: EDUSP, 2007. 169 p.

SEI. **Municípios em Síntese – 2009.** Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=105, acesso em: 6 de junho de 2011

WWW. Camara. gov. br, acessado em 06 de junho de 2011.

www.salvadordiario.com, acessado em 6 de junho de 2011.